

DA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NARRATIVA NA OBRA “O SI-MESMO COMO UM OUTRO” DE RICOEUR

Paulo Gilberto Gubert

Resumo: O núcleo desta pesquisa consiste em demonstrar quais são as condições de compreensão do conceito de identidade narrativa em Paul Ricoeur, a partir da obra: “O si-mesmo como um outro”. Inicialmente, num aspecto puramente descritivo, é apresentado um “si” que tem a possibilidade de agir, sendo necessária a identidade pessoal para estabelecer a temporalidade da existência humana, por meio de duas noções de permanência no tempo: a identidade idem e a identidade ipse. Estas, respectivamente, equivalem ao caráter e à promessa. Cabe à narrativa garantir a unidade da vida e apontar os limites entre o poder de agir e a imputabilidade inerente à ação.

Palavras-Chave: ação, identidade, idem, ipse, narrativa.

Abstract: The kernel of this research consists in to demonstrate which are the conditions of the comprehension of the concept of narrative identity in Paul Ricoeur’s book: “Oneself as Another”. Initially, at a purely descriptive aspect, it is presented as “self” that has a chance to act, being necessary to personal identity to establish the temporality of human existence by means of two notions of permanence in time: the idem identity and the ipse identity. These respectively are equivalents to the character and promise. Its behoove to the narrative to ensure the unity of life and to point the limits between the power of acting and the imputability inherent to the action.

Keywords: action, identity, idem, ipse, narrative.

1. Introdução

Na obra: “O si-mesmo como um outro”, Ricoeur elabora, primeiramente, uma “hermenêutica da ação”, introduzindo a idéia de que o indivíduo compreende a si mesmo narrando suas próprias experiências e que é possível descrever a ação humana como um texto a ser interpretado. O “interpretar” passa a significar a possibilidade de imaginar a situação proposta pelo texto e, em seguida, compreendê-lo na singularidade de nossa vida, nas situações de nosso cotidiano. Dessa forma, um dos objetivos da hermenêutica, na filosofia ricoeuriana, é estabelecer a condição de possibilidade de interpretação do si.

Nesta pesquisa, em um primeiro momento, investiga-se acerca da teoria da ação ricoeuriana, baseada na filosofia da linguagem e na analítica. Esta teoria demonstra-se rica de compreensão e significado. Em nível lingüístico, o si é apresentado e constituído com sucesso, embora se trate de um “si” desistoricizado, que não estabelece relações, visto que,

neste ponto, o “outro” ainda não está incluído na reflexão. Portanto, trata-se da relação de um si consigo mesmo.

Por conta desta relação totalmente egológica, a questão da identidade pessoal surge com muita força. Para Ricoeur, a identidade pode ser percebida, de dois modos distintos, com relação à permanência no tempo: trata-se do “idem” e do “ipse”. O idem possui a característica da mesmidade, da permanência no tempo, o ser que é idêntico a si e imutável através do tempo, ou seja, sempre o mesmo. O ipse não reflete acerca de algum ponto invariável ou imutável da personalidade. Ipseidade compreende a identidade pessoal, reflexiva, marcada pela alteridade.

A identidade pessoal permitirá, através do desdobramento idem e ipse, desenvolver a teoria da identidade narrativa, que por sua vez, se insere no âmbito da unidade narrativa de uma vida. Por fim, será demonstrada a importância de um si que se narra e quais são as implicações éticas derivadas de sua plena historicidade.

2. A Importância do Discurso e da Ação

Paul Ricoeur, na obra: “O si-mesmo como um outro”, do Primeiro ao Quarto Estudos¹, trata, em perspectiva analítica, das relações entre agente e ação. Ele desenvolve uma “teoria da ação”, que vai desembocar na dialética entre ipseidade e mesmidade. Mais precisamente, os dois primeiros Estudos se referem ao discurso e o terceiro e o quarto Estudos referem-se à ação.

Inicialmente, Ricoeur, nos dois primeiros Estudos, se situa no “plano do discurso”. Trata-se de uma análise da linguagem ordinária. Duas questões básicas são apresentadas. “De quem falamos quando designamos [...] a pessoa como distinta das coisas? e quem fala designando-se a si mesmo como locutor (dirigindo a palavra a um interlocutor)?” (RICOEUR, 1991, p. 29). A partir destas questões, Ricoeur afirma que cada pessoa é um “indivíduo” (Primeiro Estudo) e um “particular de base” (Segundo Estudo).

Segundo Ricoeur, a pessoa não é apenas um indivíduo qualquer, mas é um “cada um” de fato. Ora, cada um é uma pessoa e possui um corpo. As noções de pessoa e de corpo são, de acordo com Ricoeur, primárias, de forma tal que não se poderia identificar um ser humano

¹ Convencionou-se empregar o termo “Estudo” com letra maiúscula, por se tratar de uma terminologia utilizada por Paul Ricoeur. De acordo com ele, seus “Estudos” possuem um caráter fragmentário, sendo que, cada um dos “Estudos” constitui uma parte total, autorizando o leitor a iniciar a leitura de sua obra no “Estudo” que considerar mais oportuno. Assim se “justifica que o título de *estudo* tenha sido preferido ao de capítulo” (RICOEUR, 1991, p. 31).

sem pressupor estes dois conceitos. Contudo, a questão da pessoa como particular de base ainda não indica um sujeito que possa designar-se falando de si próprio. A pessoa é apenas (uma das coisas) de que se costuma falar e não ela mesma um indivíduo falante.

O ato de falar é a primeira manifestação do agir. É a partir da fala que são determinadas “todas as outras modalidades do agir: a filosofia da acção é, na sua fase analítica, uma semântica das frases de acção e na sua fase reflexiva, uma investigação sobre as formas de o agente se dizer e se reconhecer verbalmente autor de seus próprios actos” (RICOEUR apud SILVA, 2001, p. 6).

No Terceiro e Quarto Estudos, Ricoeur desenvolve a teoria da ação no sentido considerado por ele restrito e limitado que esta teoria herdou da filosofia analítica de língua inglesa. Estes Estudos possuem uma forte ligação com os dois primeiros Estudos (de filosofia da linguagem), que lhes servem de “organon”.

Especificamente no Terceiro Estudo, Ricoeur apresenta as ações puras, independentes de seus agentes. São investigados os motivos e as causas da ação, em que se sobressaem às perguntas: “o quê?” e “porquê?” sobre a pergunta “quem?”. A perspectiva é de que se possa “ler” a ação como se ela fosse um texto. “Neste sentido, estabelecer uma relação entre a acção e um conjunto de motivos é como interpretar um texto relacionando-o com seu contexto” (SILVA, 2001, p. 6).

A relação da ação² com seu agente perpassa o Quarto Estudo, a partir da pergunta: “quem?”. A pessoa, neste contexto, é alguém que pode agir. Sua ação não é desprovida de intencionalidade. A tarefa da questão “quem?”, é a ascrição da ação ao seu agente. Por ascrição entende-se a pessoa enquanto particular de base, sujeita à atribuição de predicados, ou seja, a pessoa é uma entidade única, a qual se atribuem predicados físicos e psíquicos. Estes predicados podem ser atribuídos a um si-mesmo e a um diverso de si. “O conjunto de estudos relativos à acção está intimamente ligado aos estudos anteriores pelo facto de ser nos enunciados e proposições que se descreve a acção. E porque é no acto de discurso que o locutor se torna agente e se designa como o autor de seu acto”(SILVA, 2001, p. 6).

² As ações são, segundo Ricoeur, “entidades tão extraordinárias, e o vínculo entre a ação e seu agente constitui uma relação tão original, que a teoria da ação tornou-se realmente uma coisa diferente de uma simples aplicação da análise lingüística esboçada” (1991, p. 73).

3. *A Identidade Pessoal*

A partir do Quinto Estudo, Ricoeur trata da questão da identidade. Ele reconhece que, seus quatro Estudos iniciais, regidos sob a égide da análise, são simplesmente descritivos, por não levarem em conta a dimensão temporal tanto do si, quanto da própria ação. Ora, a pessoa da qual se fala, ou seja, o agente do qual depende a ação, possui uma história. Portanto, a identidade pessoal só poderá se articular na dimensão temporal da existência humana.

A identidade pessoal se baseia nos princípios da mesmidade e da ipseidade. Estes princípios se constituem em uma forma de permanência no tempo que responda à pergunta: “Quem sou eu?”. Quando falamos de nós mesmos, usamos dois modelos de permanência no tempo: “o *caráter* e a *palavra considerada* [promessa]. Num e noutro, reconhecemos de bom grado uma permanência que dissemos ser de nós mesmos” (RICOEUR, 1991, p. 143).

A mesmidade³ busca um princípio de permanência invariável no tempo, mesmo quando pareça ter sido tudo mudado. Por analogia, pode-se pensar a mesmidade como se fosse o “código genético” de uma determinada pessoa. “O que permanece aqui é a organização de um sistema combinatório; a idéia de estrutura, oposta à de acontecimento, responde a esse critério de identidade [...]” (RICOEUR, 1991, p. 142). De fato, a questão da identidade pessoal gira sempre em torno de um invariante que represente a permanência no tempo, ou seja, “a estrutura invariável de um instrumento do qual teremos progressivamente mudado todas as peças” (RICOEUR, 1991, p. 142).

De acordo com Ricoeur, o caráter é o conjunto total das marcas distintivas que permitem reidentificar um sujeito como o mesmo. Trata-se de uma continuidade ininterrupta, aquilo que permanece no tempo. Assim, ele designa de modo emblemático (simbólico) a mesmidade do sujeito. É a permanência substancial. Portanto, pode-se também compreender o caráter como a mesmidade na totalidade.

Além da mesmidade, existe um modo de proceder que caracteriza a promessa (palavra mantida na fidelidade à palavra dada). Trata-se da constância a si, ou ipseidade⁴. “Uma coisa é a perseverança do caráter; uma outra, a perseverança da fidelidade à palavra dada. Uma

³ A mesmidade se refere sempre ao temperamento, ou ao caráter das pessoas e significa dizer que “cada uma é a mesma para si mesma” (VILLA, 2000, p. 483). Além disso, a mesmidade significa: “continuar igual através do tempo. Os mesmos traços corporais, fisionômicos, mais ou menos variam. Se alguém tiver de todos os anos uma fotografia, vai ver que muda de ano em ano, mas muito pouco, pois continuam os mesmos traços fisionômicos e o mesmo caráter” (RABUSKE, 1995, p. 142).

⁴ A ipseidade significa “ser autêntico, responsável, manter a palavra dada. A ipseidade não pode ser provada, por uma prova dedutiva ou uma prova empírica, ela só pode ser atestada. Para ser eu mesmo, preciso do Outro” (RABUSKE, 1995, p. 142).

coisa é a continuação do caráter; uma outra a constância na amizade” (RICOEUR, 1991, p. 149). A ipseidade estabelece uma dialética que vai para além do si. Diferentemente da mesmidade, ela busca o diálogo do si com o diverso do si. Na mesmidade, o “outro” é apenas oposto ou distinto de “mesmo”. No entanto, de acordo com Ricoeur, a alteridade e a ipseidade andam juntas, num grau tão elevado de intimidade, que não é possível pensar uma sem pensar na outra. Portanto, somente será possível a manutenção da identidade⁵, ser constante a si mesmo, no momento em que se é fiel àquilo que se promete. É pela promessa feita a alguém que a ipseidade desponta.

A partir dos modelos de permanência no tempo (caráter e promessa) que, segundo Ricoeur, poder-se-á fazer uma distinção bem fundamentada entre a identidade idem e a identidade ipse, por meio de uma intervenção da identidade narrativa na constituição da identidade pessoal.

4. *A Identidade Narrativa*

No Sexto Estudo, Ricoeur afirma que compreender a história de uma vida significa tentar estabelecer a articulação de uma teoria narrativa da identidade pessoal, ou seja, a identidade narrativa. Sob este ângulo, é preciso construir uma teoria narrativa que contribua com a constituição do si⁶. Desta forma, Ricoeur pretende demonstrar que é através da teoria narrativa⁷ que a dialética da ipseidade e da mesmidade atinge sua plena expansão.

A noção de identidade narrativa é apresentada por Ricoeur como o entrecruzamento entre história e ficção. Neste entrecruzamento, as histórias contadas pelas pessoas ao seu próprio respeito se tornam mais inteligíveis quando buscam na ficção modelos narrativos que

⁵ “O si é, portanto, o sujeito que assume a dialética de sua identidade, na perpetuação de seu caráter (idem) e na manutenção de sua palavra e promessa (ipse). É aquele que acompanha a história de suas transformações, para por a experiência da alteridade; é o sujeito que é agente de suas ações, e paciente, no gozo ou na dor dos outros” (GARRIDO, 2002, p. 130).

⁶ Com relação à constituição de si-mesmo, é possível inferir, numa perspectiva ricoeuriana, que “entre o ponto de partida e o ponto de chegada há um processo, há um tempo que passa e que tudo transforma. Um tempo que também é constitutivo desse sujeito, é sua vida, sua história. Um tempo em que ele sofre mudanças, transforma-se em outro. É ele mesmo, mas é outro. Já não é o mesmo de quando partiu, no entanto, ainda é ele mesmo. *Si-mesmo como um outro*. Para dar conta dessa dimensão temporal do sujeito, dessa alteridade temporal que também o constitui como si-mesmo, Ricoeur cunhou a noção de identidade narrativa” (GENTIL, 2008, p. 10).

⁷ As narrações sempre se referem a coisas que acontecem no tempo, ao passo que as descrições dizem respeito a coisas que acontecem no espaço. “A música está no tempo, mas basta que a coloquemos na partitura e ela passa a estar no espaço. Da mesma forma o pensamento: ele ocorre em nossa mente no tempo, mas se o escrevemos, ele estará no espaço” (IUSKOW, 1998, p. 150).

são aplicados à própria história⁸. “Pareceria, portanto, plausível considerar válida a cadeia seguinte de asserções: a compreensão de si é uma interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa [...], uma mediação privilegiada” (RICOEUR, 1991, p. 138).

Para se constituir a identidade narrativa, que supõe história e ficção, necessariamente se depende de um enredo (intriga), que estabeleça as devidas conexões entre os acontecimentos que compõem uma determinada história. “A intriga nas narrativas de ficção é o mediador entre o acontecimento e a história, é o acto de ‘tomar juntamente’ os ingredientes da acção que, na experiência vulgar, permanecem heterogêneos e discordantes”(RICOEUR, 1989, p. 09).

De acordo com Ricoeur, é o personagem o responsável pela ação da narrativa. É quando se passa da ação ao personagem que se pode conceber uma identidade pessoal pela narrativa. O encadeamento da narrativa se dá quando se respondem às perguntas: “quem?”, “o quê?”, “como?”. As respostas a estas perguntas abarcam personagem, temporalidade e conexão de fatos. As “[...] respostas a essas questões formam uma cadeia que não é outra que não o encadeamento da narrativa. Relatar é dizer quem fez o que, por que e como, mostrando no tempo a conexão entre esses pontos de vista”. (RICOEUR, 1991, p. 174).

A pessoa, ao ser compreendida como personagem de uma narrativa, não é separada de suas próprias experiências. Na verdade, sua identidade necessariamente interage com a história relatada⁹, que também faz parte da identidade. “A narrativa constrói a identidade do personagem que podemos chamar sua identidade narrativa, construindo a da história relatada. É a identidade da história que faz a identidade do personagem” (RICOEUR, 1991, p. 176). A partir da relação entre história e personagem, pode-se inferir a “unidade narrativa de uma vida”, pois, não há dúvidas de que “a vida é mais que uma seqüência de atos ou episódios desconexos. O contrário é que vale, os atos ou episódios vividos constituem uma mesma unidade narrativa de vida” (ROSSATTO, 2008, p. 26).

Segundo Ricoeur, as pessoas possuem experiências do que seja terminar um curso de ação, ou seja, uma parte da vida. São as fases da vida que se costuma falar. Pela literatura, fixamos o contorno destes fins provisórios, conseguimos compreendê-los melhor, entendendo

⁸ A vida humana se torna mais “legível”, quando é interpretada a partir das histórias que cada pessoa conta a respeito de si mesma. Por exemplo, uma biografia, ou até uma autobiografia, quando combina história com elementos romanceados, demonstra de que forma a identidade narrativa se situa no cruzamento entre ficção e história. “Estas histórias de vida não são tornadas, por sua vez, mais inteligíveis quando lhes são aplicados modelos narrativos – intrigas – obtidas por empréstimo à história propriamente dita ou à ficção (drama ou romance)?” (RICOEUR, 1991, p. 138).

⁹ As narrativas literárias e as histórias de vida, não se excluem, mas “completam-se, a despeito ou por causa de seu contraste. Essa dialética nos lembra que a narrativa faz parte da vida antes de se exilar da vida na escrita; [depois], ela volta à vida” (RICOEUR, 1991, p. 193).

que uma fase passou e se iniciou outra. Mesmo com relação à morte, as narrativas literárias não têm a função de angustiar a pessoa diante de um nada desconhecido, mas podem ensinar a viver com consciência da morte. Ricoeur usa o exemplo da meditação da Paixão de Cristo, que já levou muitos fiéis fervorosos à consolação até os últimos momentos da vida. Este tipo de consolação não deixa de ser uma maneira lúcida, como a “catarse” de Aristóteles, de uma pessoa fazer luto de si mesma. “Aqui uma troca frutuosa pode instaurar-se entre a literatura e o ser-para-(ou para-com)-a-morte” (RICOEUR, 1991, p. 192).

Em virtude de a narrativa literária ser retrospectiva, pode parecer, num primeiro momento, que só pode levar a refletir sobre o passado da vida. Mas, na verdade, a narrativa literária só parece ser retrospectiva aos olhos do narrador. “Entre os fatos narrados num tempo passado, tomam lugar os projetos, as esperas, as antecipações, através dos quais os protagonistas da narrativa são orientados para seu futuro mortal” (RICOEUR, 1991, p. 192). Portanto, a narrativa também aponta para o futuro, pois ela relata uma preocupação.

5. *A Narrativa e a Ética*

Ricoeur pretende demonstrar como se estabelecem as relações entre a narrativa e a ética¹⁰, propondo a seguinte questão: “de que maneira a componente narrativa da compreensão do si pede como complemento as determinações éticas próprias à imputação moral da ação a seu agente?” (RICOEUR, 1991, p. 193).

As implicações éticas estão presentes já no próprio ato de buscar “o enraizamento da narrativa literária no solo da narrativa oral, no plano da prefiguração narrativa” (RICOEUR, 1991, p. 193). O ato, ou a arte de narrar é, sem dúvida, uma troca de experiências, não científicas, mas populares, que dizem respeito à sabedoria prática. Esta sabedoria tem implicações, como apreciações e aplicações que são abordadas pelas categorias teleológicas e deontológicas. “Na troca de experiências, que a narrativa opera, as ações não deixam de ser aprovadas ou desaprovadas, e os agentes, de ser elogiados ou censurados” (RICOEUR, 1991, p. 194).

Segundo Ricoeur, a narrativa, ao pisar no solo da ética, reincide sobre a questão da identidade. Conforme mencionado acima, a identidade possui dois modos de permanência no

¹⁰ A distinção entre ética e moral, convencionalizada por Ricoeur, trata a ética enquanto “perspectiva” de uma vida concluída e a moral enquanto articulação dessa perspectiva em “normas”. Aqui se distingue claramente o legado aristotélico e o legado kantiano: “uma herança aristotélica, em que a ética é caracterizada pela perspectiva *teleológica*, e uma herança kantiana, em que a moral é definida pelo caráter de obrigação da norma, portanto, por um ponto de vista *deontológico*” (RICOEUR, 1991, p. 201).

tempo. Trata-se da mesmidade, marcada pelo caráter que a identifica, e da ipseidade, marcada pela ética, que se pauta na responsabilidade.

A manutenção de si [ipseidade] é para a pessoa a maneira de se comportar tal que o outro possa *contar* com ela. Porque alguém conta comigo, eu sou responsável por minhas ações diante de um outro. O termo de responsabilidade reúne as duas significações: contar com..., ser responsável por... Ele as reúne, acrescentando aí a idéia de *uma resposta*: “Onde está você?” indagada por outro que me solicita. Esta resposta é: “Eis-me aqui”. Resposta que enuncia a manutenção do si (RICOEUR, 1991, p. 195).

De acordo com Ricoeur, entre a “imaginação” que diz que é possível tentar tudo e a “voz” que diz: tudo é possível, mas nem tudo é benéfico, subentende-se, no segundo caso, que seja aos outros e a si mesmo. Certamente, o sujeito¹¹ poderá tentar tudo, mas é na promessa que ele pode sustentar sua individualidade, sem desprezar a individualidade do outro.

Assim, pode-se afirmar que a narrativa está vinculada à identidade de um sujeito concreto, que age, interage e se comunica com os outros¹². Além disso, “pertence à idéia de ação que ela seja acessível a *preceitos* que, sob a forma do conselho, da recomendação, da instrução, ensinam a ter bom êxito, portanto, a fazer bem o que empreendemos¹³” (RICOEUR, 1991, p. 200).

¹¹ O uso do termo “sujeito” denota, no pensamento de Ricoeur, uma reafirmação do “si”. Desenvolver uma “hermenêutica do si” significa garantir um caráter epistêmico ao sujeito, diferenciando-o das filosofias do “cogito” e do “anti-cogito”. O “cogito” cartesiano é o princípio fundador das filosofias egológicas. Trata-se um “eu” exaltado, a ponto de perder a relação interlocutória com os outros, com sua própria historicidade e com a responsabilidade de si-mesmo. Por outro lado, Nietzsche, no exercício da dúvida hiperbólica, se torna ele próprio o “gênio maligno”, denunciando a maior ilusão que ele percebe no cogito. Esta ilusão se caracteriza por uma inversão de causas e efeitos, ou seja, no cogito, o “eu” é efeito e não causa do pensamento. Dessa forma, Ricoeur não pretende estabelecer uma nova forma de “exaltação do sujeito”, visto que, o “sujeito”, para Ricoeur, “não é fundamento, nem do conhecimento, nem da existência do mundo, nem de si mesmo. É um sujeito que, por relação à tradição francesa de raiz cartesiana, pode ser sugerido pela expressão “cogito ferido” “ou cogito partido”, um sujeito justamente atravessado e constituído pela alteridade” (GENTIL, 2008, p. 07).

¹² O “sujeito” não vive sozinho no mundo, isolado como se estivesse numa ilha sozinho, como o personagem principal da primorosa obra de Daniel Defoe: “Robinson Crusoe”. Do contrário, “é verdade que convivo com outros, vivo entre outros, próximos e distantes, no tempo e no espaço. No tempo: meus antecessores, para com os quais tenho uma dívida que devo reconhecer; meus sucessores, que devo levar em consideração nas conseqüências de minhas ações, e, portanto, em minhas deliberações e decisões. A promessa, explícita e implícita, em cada iniciativa minha, pede para ser honrada. No espaço: meus contemporâneos, próximos e distantes, da intimidade do amor à impessoalidade do anonimato, passando pela pessoalidade da amizade” (GENTIL, 2008, p. 07).

¹³ Há ainda um terceiro aspecto que vale mencionar. Para Ricoeur, a noção de identidade narrativa também pode contribuir no desenvolvimento de “um espaço imaginário para experiências de pensamento em que o julgamento moral se exerce de modo hipotético” (1991, p. 200).

6. *Considerações finais*

Esta pesquisa teve por objetivo, primeiramente, compreender a importância da hermenêutica da ação de Paul Ricoeur, que garante as condições de possibilidade para que o leitor interprete sua própria vida e suas ações como se estivesse diante de um texto. Para tanto, procurou-se enfatizar a importância da descrição e da narração. No momento analítico, a primeira afirmação que se pode fazer é a de que o humano é “pessoa” e é “corpo”, que pode ser descrito, uma “coisa” da qual se pode falar. Entretanto, segundo Ricoeur, os enunciados proferidos somente terão significado no contexto de aplicação (interlocução). Portanto, o ato de falar é que constitui a primeira manifestação do agir. Qualquer modalidade da ação é sempre antes definida pela fala.

A ação necessariamente depende de um agente. O agente é alguém que tem possibilidade de agir, tornando-se o “locutor” que se designa como autor de seus próprios atos. Entretanto, a descrição, situada no âmbito da filosofia analítica, da pura filosofia da ação, descreve com propriedade o si, mas o apresenta “desistoricizado”, sem nenhuma implicação ética, pois trata apenas de um si que “pode” agir.

Diante deste contexto, a abordagem da questão da identidade pessoal se mostrou necessária, visto que, o agente do qual depende a ação, é alguém que possui uma história. A identidade pessoal só pode ser estabelecida na temporalidade da existência humana. Neste ponto, duas noções fundamentais de permanência no tempo são propostas por Ricoeur: a mesmidade e a ipseidade. A mesmidade configura um caráter ao si e refere-se a tudo o que permanece invariável no indivíduo através do tempo. A ipseidade é que possibilita ao si extrapolar o âmbito do caráter, através da promessa e da manutenção da palavra dada ao outro.

Contudo, a identidade pessoal necessita do auxílio da narrativa. Elemento indispensável na filosofia hermenêutica de Ricoeur, a narrativa é mediadora entre o poder da ação e a responsabilidade do si. É a narrativa que garante a unidade de uma vida. Assim como num texto, a vida é uma unidade de fatos que pode ser narrada. Portanto, se a narrativa pode assegurar a unidade de toda uma vida, deve poder abarcar não só uma identidade pessoal, mas também questões éticas. Quando o si narra suas experiências, é a um outro que ele narra. E o outro também é capaz de narrar suas próprias experiências ao si. É através da narrativa que as pessoas se apercebem de que podem tentar tudo, pois sabem que têm poder para agir. Entretanto, pela narrativa também entendem que, se tudo é possível, talvez nem sempre tudo seja benéfico, tanto para si mesmas, quanto para os outros.

Por fim, é importante mencionar que a identidade narrativa não encerra com as pretensões d’O si-mesmo como um outro. Ricoeur inicia o Sétimo Estudo apresentando o terceiro conjunto de investigações que compõem a obra. Estas investigações serão responsáveis por acrescentar e analisar a contribuição ética e moral para a linguagem prática e narrativa da ipseidade, demonstrando o primado da perspectiva ética sobre a norma moral.

Referências Bibliográficas

GARRIDO, S. V. A hermenêutica do si e sua dimensão ética. In: CESAR, C. M. (org.). *A Hermenêutica Francesa: Paul Ricoeur*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DEFOE, D. *Robinson Crusoe*. São Paulo: DCL Difusão Cultural, 2003.

GENTIL, H. S. Paul Ricoeur: A presença do outro. *Mente, Cérebro e Filosofia*. São Paulo, n.11, 2008, p. 6-15.

IUSKOW, A. *O internauta: material do professor*. Florianópolis: Sophos, 1998.

RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. *Do texto à acção: Ensaio de hermenêutica II*. Tradução de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: RÉs-editora, 1989.

ROSSATTO, N. D. Viver bem: A “pequena ética” de Paul Ricoeur. *Mente, Cérebro e Filosofia*. São Paulo, n.11, 2008, p. 26-33.

SILVA, M. F. S. *O contributo da comunicação para a constituição de “si-mesmo”*. [On-line], 2001. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/franquet-miguel-comunicacao-si-mesmo.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2011.

VILLA, M. M. *Dicionário de pensamento contemporâneo*. Tradução de Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2000.